

Um atentado ao regime, diz Bulhões.

Extinguir os subsídios (que acabam desviados, pelos altos juros pagos pelo mercado financeiro) em favor dos investimentos produtivos: esta é a principal mudança que deve ocorrer na política antiinflacionária, imediatamente. A afirmação foi feita ontem no Rio pelo professor Octávio Gouvêa da Bulhões, que criticou com veemência a proposta de estatização dos bancos:

— Estamos nos arriscando a cometer os mais grosseiros e perigosos atentados ao regime, como seja a estatização dos bancos, como meio de reduzir os juros que se elevam pela crescente expectativa inflacionária e pela exorbitante rentabilidade financeira do mercado, onde o governo intervém para obter recursos destinados aos subsídios.

Em palestra perante cerca de 100 empresários, reunidos pelo Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, o ex-ministro da Fazenda afirmou que a principal causa da inflação brasileira reside nos subsídios à agricultura e à exportação, pedindo sua eliminação de maneira rápida e decisiva e mostrando ser improcedente a hipótese de uma intransqüilidade social, se houver uma queda rápida da inflação.

Para ele, é nitidamente observável o movimento paralelo do aumento dos empréstimos rurais e da expansão da base monetária. O acréscimo da base monetária não acompanha o crescimento do "orçamento das autoridades monetárias", constituído de financiamentos do Banco Central e do Banco do Brasil, quando ocorre a colocação de títulos públicos, que evoluíram de Cr\$ 500 bilhões, em 1981, para Cr\$ 1,8 trilhão, em 1982.

Os erros do governo

Bulhões diz que o governo pretende a extinção gradual dos subsídios mediante a elevação dos juros aos agricultores e pela transferência de somas substanciais do Tesouro para as autoridades monetárias. Esta política tem a desvantagem psicológica de irradiar a convicção da persistência de taxas elevadas de juros, conjugada com a permanência de uma inflação alta. A transferência de recursos para o orçamento monetário reduz as pressões sobre a base monetária, mas envolve grave inconveniente de diminuir as disponibilidades para investimentos, agravando a recessão e o desemprego.

Bulhões condenou, dessa forma, o combate gradual à inflação por prolongar demasiadamente o resultado almejado e, durante esse período, manter a economia em recessão e forçar a elevação dos juros, em face da oferta de títulos públicos. Assim, a recessão econômica sujeita-se a duas influências: a do desvio de recursos, que aplicados nos investimentos do Estado beneficiariam a atividade das empresas supridoras de bens e serviços, e a da forte elevação dos juros que inviabiliza os investimentos produtivos. A poupança destinável à capitalização das empresas é atraída pelo mercado financeiro, onde prevalecem operações de prazo curto e altamente rentáveis. A economia sofre, nestas condições, sensível distorção, com enormes despesamentos e acentuados desajustamentos.

— Sem sombra de dúvida, atingimos o momento de eliminar a inflação de maneira rápida e decisiva, mediante a supressão imediata dos ajustes dos saldos de empréstimos. Suprimidos os acréscimos aos saldos, suprime-se a expansão da base monetária que, por seu turno, faz cessar a alta dos preços e provoca a queda da taxa de juros. Nesse ambiente, a expectativa inflacionária desaparece, fato muito importante na conquista imediata da estabilidade dos preços. Para melhor assegurar a rápida e duradoura estabilidade dos preços, poder-se-ia dispensar do presente para o futuro os demais ajustamentos. Cessada a inflação, cessado estaria o uso da correção monetária.

Correção monetária

O ex-ministro lembrou que muitos economistas duvidam da razão da modificação e julgam que, por algum tempo, os preços em declínio só atingirão a estabilidade após algum período, durante o qual deve prosseguir a correção monetária. Bulhões não negou a validade dessa argumentação, assinalando que não há divergência quanto à preservação da correção se os preços não se estabilizarem. Entretanto, ele não concorda que a receita econômica que recomenda implique em descontentamento social. Ao contrário, tudo faz crer que os horizontes sejam ampliados eclarecidos, dissipando as nuvens de desconfiança e das incertezas presentes.

— Estamos nos arriscando a manter a estabilidade dos empregados nas empresas para evitar o desemprego, provocado pelo governo, ao cortar investimentos em favor dos subsídios. Insistimos no erro e estamos dispostos a cometer erros ainda maiores pelo temor de assumir a responsabilidade da adoção de uma nova política de combate à inflação.

O ex-ministro não acredita que o Brasil se tenha acostumado a conviver com a inflação, lembrando que o País conseguiu progressos em tantas outras coisas que há também de conseguir sua estabilidade monetária. Antes dos anos 50, a inflação não passava dos 12% e, quando atingia a 20%, os presidentes da República e os ministros da Fazenda, mesmo sem entender nada de economia, tomavam medidas e a inflação baixava. "O problema maior é querer, ter a decisão política".